

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.130.031 - PR (2017/0162045-1)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE : TOTVS S/A**  
**ADVOGADOS : RONALDO VASCONCELOS - SP220344**  
**RAFAEL FURTADO MADI E OUTRO(S) - PR032688**  
**LINCOLN ROMAO LEITE - SP337131**  
**AGRAVADO : UNIBRASPE - BRASILEIRA DE PETROLEO S.A.**  
**ADVOGADO : RICARDO BARROS DE ASSIS E OUTRO(S) - PR026351**

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15) interposto por TOTVS S/A em face da decisão acostada às fls. 1923-1926 e-STJ, que, em juízo prévio de admissibilidade, negou seguimento ao recurso especial manejado pela ora agravante.

O apelo extremo, fundado na alínea "a" do permissivo constitucional, fora deduzido em desafio ao acórdão de fls. 1864-1871 e-STJ, proferido pelo Tribunal de Justiça de Paraná, assim ementado:

AGRAVO REGIMENTO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO MONOCRÁTICA PELA QUAL SE CONCEDEU PROVIMENTO AO RECURSO. MEDIDA CAUTELAR PREPARATÓRIA ANTERIOR À AÇÃO PRINCIPAL. EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA NÃO SUSCITADA NO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE DEFESA NA CAUTELAR. COMPETÊNCIA DE NATUREZA RELATIVA. PRORROGAÇÃO. PRECEDENTES. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

Opostos embargos de declaração (fls. 1877-1880 e-STJ), restaram desacolhidos (fls. 1887-1895 e-STJ).

Nas razões de recurso especial (fls. 1898-1911 e-STJ), alegou a insurgente que o acórdão recorrido violou os seguintes dispositivos de lei federal: (i) artigo 1.022, inc. III, do CPC/15, porquanto não corrigido erro material apontado nos aclaratórios; (ii) artigos 63 do CPC/15 e 422 do Código Civil, sustentando a validade da cláusula de eleição de foro; e, (iii) artigo 53, inc III, "a" do CPC/15, aduzindo, ainda, a competência em razão do domicílio do réu.

Sem contrarrazões.

Em juízo prévio de admissibilidade, a Corte de origem inadmitiu o apelo nobre por aplicação da Súmula 83/STJ.

Inconformada, interpôs o presente agravo (art. 1.042 do CPC/15), cuja minuta está acostada às fls. 1929-1940 e-STJ, por meio do qual pretende ver admitido o recurso especial.

Sem contraminuta.

É o relatório.

Decide-se.

A pretensão recursal não merece prosperar.

1. A jurisprudência desta Corte Superior já admitia, mesmo na vigência do CPC/73, a oposição de embargos de declaração para correção de erro material.

Nesse sentido: **EDcl no AgRg no AREsp 350.789/SC**, Rel. Ministro LUIS

FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 09/10/2018, DJe 15/10/2018; **REsp 1655139/DF**, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/12/2017, DJe 07/12/2017.

Todavia, o erro material, reconhecido pela jurisprudência como passível, até mesmo, de correção de ofício pelo magistrado, "*é aquele reconhecido primo ictu oculi, consistente em equívocos materiais sem conteúdo decisório propriamente dito, como a troca de uma legislação por outra, a consideração de data inexistente no processo ou uma inexatidão numérica; e não, aquele que decorre de juízo de valor ou de aplicação de uma norma jurídica sobre o(s) fato(s) do processo*" (REsp 1021841/PR, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/10/2008, DJe 04/11/2008).

Em semelhante sentido: **EDcl no REsp 1378366/PR**, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 04/10/2016, DJe 10/10/2016; **AgRg no REsp 1532388/MS**, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/11/2015, DJe 16/11/2015; **AgRg no REsp 1227351/RS**, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 02/06/2015, DJe 08/06/2015; **REsp 819.568/SP**, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/05/2010, DJe 18/06/2010.

No caso, a recorrente sustenta a existência de erro material na decisão recorrida quanto à validade da interposição de Exceção de Incompetência da ação ordinária, "*tendo em vista que a jurisprudência é pacífica ao afirmar que a exceção poderá ser apresentada juntamente com a contestação a ser apresentada na demanda principal, não havendo necessidade de apresentação ainda na medida cautelar*" (fl. 1907 e-STJ).

Todavia, a discussão trazida pela insurgente diz respeito, claramente, ao mérito da controvérsia, não havendo que se falar em erro material.

Ora, se a decisão proferida encontra-se em dissonância da jurisprudência pacífica, cabe à parte, através do recurso competente, impugnar o mérito da decisão, apontando o entendimento dominante sobre o tema.

Conforme acima explicitado, o erro material passível de correção através dos aclaratórios é o equívoco "*sem conteúdo decisório propriamente dito*", não abrangendo possível erro na aplicação de entendimento jurisprudencial - seja porque, eventualmente, se encontre superado ou não reflita o melhor entendimento em relação ao caso concreto.

Evidencia-se, portanto, que não há qualquer erro material na decisão recorrida, de modo que a insurgência recursal traz, unicamente, o inconformismo da parte com o mérito da decisão.

Neste contexto, conforme reiterada jurisprudência desta Corte Superior, "*o mero inconformismo da parte com o julgamento contrário à sua pretensão não caracteriza falta de prestação jurisdicional*" (AgInt no AREsp 1308579/SC, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 01/10/2018, DJe 05/10/2018).

2. No mérito recursal, todavia, a insurgente aponta violação aos artigos 53 e 63 do CPC/15 e 422 do Código Civil, sustentando, em síntese, a validade da cláusula de eleição de foro que constou do contrato, e, ainda, a competência territorial do domicílio do réu.

Todavia, a Corte de origem decidiu a demanda com a seguinte fundamentação (fls. 1866-1870 e-STJ):

Conforme se extrai da análise dos autos, a ora Agravante, que interpôs o

Agravo de Instrumento (UNIBRASPE BRASILEIRA DE PETRÓLEO S.A.), ajuizou Ação Cautelar Preparatória (autos nº 220-82.2012.8.16.0025) contra a ora Agravante (TOTVS S.A), perante o Juízo de origem, buscando a sustação do protesto de títulos de crédito emitidos em função de relação comercial mantida entre as partes. Ajuizou, em seguida, Ação Ordinária, distribuída por dependência também ao Juízo de origem (autos 739-57.2012.8.16.0025).

Nos autos da Ação Cautelar não houve insurgência da Requerida quanto à (in)competência territorial do Juízo a quo. Contudo, após o ajuizamento da Ação Principal, a empresa Ré apresentou Exceção de Incompetência, alegando que como sua sede fica na cidade de São Paulo - SP, os autos devem ser remetidos àquela Comarca.

O Juízo de origem, acolhendo a tese sustentada pela Excipiente, declarou sua incompetência para conhecer e julgar a causa, e determinou o envio dos autos da Ação Cautelar e da Ação Principal para a Comarca de São Paulo - SP. Fundamentou seu entendimento na inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor à causa, razão pela qual a competência deve ser definida consoante previsão do art. 100, IV, "a", do Código de Processo Civil.

Entretanto, conforme exposto através da decisão monocrática proferida por esta Relatora, o entendimento exposto pelo Juízo de origem encontra-se equivocado.

Isto porque, antes do ajuizamento da Ação Ordinária, a Autora aforou Ação Cautelar Preparatória em face da Requerida, no âmbito do qual não houve qualquer insurgência acerca da (in)competência do Juízo de origem.

Desta forma, mesmo na hipótese de se considerar procedente a alegação da Excipiente quanto à incompetência relativa do Juízo de origem, houve a prorrogação de sua competência (art. 114, CPC), tornando-se, portanto, competente para análise e julgamento tanto da demanda cautelar quando da principal. Ou seja, caberia à Requerida ter interposto a exceção no prazo para defesa na ação cautelar, o que não fez.

[...]

Vale dizer, tendo em vista que a ação cautelar deve ser proposta perante o juízo competente para análise da causa principal, incumbe ao réu, discordando do autor quanto à competência territorial, apresentar exceção de incompetência relativa no âmbito da própria cautelar, sob pena de prorrogação de competência para análise de ambas as demandas.

[...]

Vale ressaltar que a Requerida/Excipiente, em suas razões de Agravo Regimental, afirma que seria pacífica a jurisprudência acerca da possibilidade de apresentação da exceção de incompetência territorial juntamente com a contestação da ação principal, não havendo necessidade de apresentação no prazo de defesa da cautelar preparatória.

Entretanto, da análise de suas razões recursais, não se verifica a indicação de um único precedente a respeito do tema. mas somente julgados sobre temas diversos, tais como a legalidade da cláusula de eleição de foro, entendimento que não interfere na decisão ora impugnada, e que se mostra de questionável boa-fé.

Desta forma, não tendo a Requerida apresentado Exceção de Incompetência Relativa no prazo de defesa da Ação Cautelar, prorrogou-se a competência do Juízo de origem, nos termos do art. 114 do CPC, razão pela qual a decisão agravada deve ser reformada, confirmando a competência territorial do Juízo a quo para análise e julgamento das ações cautelar e principal. [grifou-se]

Da leitura do excerto do acórdão impugnado e das razões recursais, infere-se a dissonância entre as razões do apelo extremo e a fundamentação utilizada na decisão impugnada. Vale dizer, enquanto o Tribunal *a quo* fundamentou sua decisão na prorrogação da competência, em razão de não ter sido alegada a incompetência oportunamente, o recorrente pautou seu recurso, apenas, na validade da cláusula de eleição de foro e na competência territorial.

Assim, deixou de impugnar, propriamente, o fundamento relativo à prorrogação da competência.

Infere-se, portanto, que o principal fundamento da decisão recorrida não foi atacado nas razões do apelo extremo, caracterizando, assim, a deficiência na fundamentação no recurso especial, incidindo, por analogia, os óbices das Súmulas 283 e 284 do STF.

Esta Corte firmou entendimento no sentido de que a discrepância entre as razões recursais e os fundamentos do acórdão recorrido obsta o conhecimento do recurso especial, ante a incidência, por analogia, do teor das Súmulas 283 e 284 do STF. Nesse sentido, confirmam-se os seguintes precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - EMBARGOS À EXECUÇÃO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO - INSURGÊNCIA DO EMBARGANTE.

1. Admissível o agravo interno, apesar de não infirmar a totalidade da decisão monocrática recorrida, pois a jurisprudência do STJ é assente no sentido de que a impugnação a capítulos autônomos da decisão apenas induz à preclusão das matérias não discutidas.

2. Consoante a jurisprudência deste Tribunal Superior, a ausência de fundamentação não deve ser confundida com a adoção de razões contrárias aos interesses da parte, assim, não há violação ao artigo 489 do CPC/15 quando a Corte de origem decide de modo fundamentado, como ocorre na hipótese, Precedentes.

3. A subsistência de fundamento inatacado, apto a manter a conclusão do aresto impugnado, e a apresentação de razões dissociadas desse fundamento, impõe a aplicação das Súmulas 283 e 284 do STF, por analogia. Precedentes.

4. A revisão do aresto impugnado no sentido pretendido pelo recorrente exigiria derruir a convicção formada nas instâncias ordinárias sobre a insuficiência de provas quanto ao bem ser o único da família ou servi-lhe de residência ou, ainda, de subsídio para essa. Incidência da Súmula 7/STJ.

5. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1215038/SC, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 14/08/2018, DJe 21/08/2018) [grifou-se]

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. IMPUGNAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. RAZÕES RECURSAIS DISSOCIADAS DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULAS 283 E 284 DO STF. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. A apresentação, no recurso especial, de razões dissociadas dos fundamentos do acórdão recorrido impõe o reconhecimento da incidência das Súmulas 283 e 284 do STF, por analogia. Precedentes.

2. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 590.018/SP, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 10/04/2018, DJe 16/04/2018) [grifou-se]

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO. FUNDAMENTOS DO JULGADO ATACADO. RAZÕES RECURSAIS. DISSOCIAÇÃO. SÚMULAS NºS 283 E 284 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 85, § 11, CPC/2015. INAPLICABILIDADE. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. VIGÊNCIA. DECISÃO AGRAVADA. PUBLICAÇÃO ANTERIOR.

1. A ausência de impugnação dos fundamentos do acórdão recorrido enseja o não conhecimento do recurso, incidindo a Súmula nº 283 do Supremo Tribunal Federal.

2. É inadmissível o inconformismo por deficiência na sua fundamentação quando as razões do recurso estão dissociadas do que decidido no acórdão recorrido. Aplicação da Súmula nº 284 do Supremo Tribunal Federal.

3. O Enunciado Administrativo nº 7 do Superior Tribunal de Justiça deliberou que somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do artigo 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 860.337/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/03/2017, DJe 28/03/2017) [grifou-se]

Desta forma, considerando que as razões recursais apresentadas encontram-se dissociadas do fundamento adotado pelo Tribunal de origem, o que caracteriza deficiência na fundamentação do recurso especial (Súmula 284/STF) e a falta de impugnação específica do *decisum* (Súmula 283/STF), torna-se inviável o seguimento do recurso especial.

3. Do exposto, com amparo no artigo 932 do CPC/15 c/c a Súmula 568/STJ, nega-se provimento ao agravo em recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO MARCO BUZZI**

Relator